



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

DIREITOS RESPEITADOS

Manifestações são tema de audiência

André Moreira

No próximo dia 22, o Ministério Público do Estado de Sergipe realizará uma nova audiência com as polícia Militar e Civil, Corpo de Bombeiros, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SE), Defensoria Pública e Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT) para que as instituições possam apresentar suas recomendações para a elaboração de um protocolo de atuação quando das ocorrências de manifestações em todo o Estado. Foi o que ficou acordado ontem, 13, durante audiência realizada no MP, promovida pela Promotoria do Controle Externo da Atividade Policial.

De acordo com o promotor de Justiça Jarbas Adelino Santos Júnior, após a confecção do protocolo, uma audiência pública será realizada com representantes de movimentos sociais para discutir o assunto. "É uma discussão incipiente, em que as instituições envolvidas irão apresentar suas



MPE reúne órgãos públicos e OAB para discutir manifestações de ruas

recomendações para que seja confeccionado um protocolo de intenções a serem adotadas nas manifestações. Teremos um encontro na próxima semana com as instituições e depois iremos ter uma audiência com os representantes dos movimentos para debatermos a

questão", explicou o promotor.

Ao ressaltar o estado democrático de direito, o comandante geral da Polícia Militar de Sergipe, coronel Maurício da Cunha Iunes, destacou a necessidade de respeitar a integralidade da lei. "É bastante positiva essa preocupação

do Ministério Público, uma vez que temos tido, durante as manifestações, alguns atos de vandalismo. Vivemos numa democracia, na qual é legítima a manifestação da população, mas queremos que a ordem seja mantida e que, assim como o direito de se manifestar lhes é garantido, também seja preservado o direito de ir e vir de terceiros, assim como seja assegurada a segurança de todos", disse o comandante.

Ainda segundo o comandante, o protocolo servirá como instrumento norteador dos procedimentos a serem adotados nas manifestações. "Cada um apresentará as suas recomendações, que serão apreciadas pelo Ministério Público para que se trace o protocolo de atuação, que servirá de parâmetro para as instituições quando da necessidade de atuar em todas as manifestações que, porventura, venham ocorrer em todo o Estado", afirmou.